

A Dissuasão Convencional como Estratégia: Rússia, China e Irã Comparados

Conventional Deterrence as Strategy: Russia, China and Iran in Comparison

Augusto W. M. Teixeira Júnior*

RESUMO

O presente ensaio busca analisar como distintos países adotam a dissuasão como postura estratégica. Tendo como objetivo de pesquisa contribuir para a proposição de uma estratégia de dissuasão brasileira, pretende-se, neste ensaio, analisar comparativamente como Rússia, China e Irã desenvolvem as suas estratégias dissuasórias. Em seu primeiro momento, o texto retoma e aprofunda a classificação de formas de dissuasão, privilegiando a sua vertente convencional. Em seguida, o texto lança luz no estudo dos casos selecionados. Como resultado da análise comparada, o documento sintetiza os principais achados da investigação, enfatizando estratégias dissuasórias e seus possíveis desdobramentos para a postura estratégica brasileira.

Palavras-chave: Estratégia. Dissuasão Convencional. Rússia. China. Irã.

ABSTRACT

This essay seeks to analyze how different countries adopt deterrence as a strategic posture. Considering that the objective of the research agenda is to contribute to the proposition of a Brazilian deterrence strategy, this article aims to analyze comparatively how Russia, China and Iran develop their deterrence strategies. In its first moment, the text resumes and deepens the classification of forms of deterrence, privileging its conventional aspect. Then, the article sheds light on the study of the selected cases. As a result of the comparative analysis, the paper synthesizes the main findings of the research here with emphasis on dissuasive strategies and their possible developments for a Brazilian strategic posture.

Keywords: Strategy. Conventional Deterrence. Russia. China. Iran.

* Doutor em Ciência Política (UFPE). Pós-doutor em Ciências Militares (ECEME). Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB). Pesquisador Sênior do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP - CEEEx) e do INCT-INEU.

Sumário Executivo

O presente ensaio constitui a segunda parte de uma agenda de pesquisa do ciclo 2020-2021 da linha de *Geopolítica e Estratégias Militares*. Vinculada ao Núcleo de Estudo Prospectivos (NEP) do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), a supramencionada agenda gravita em torno do tema da “estratégia de dissuasão no século XXI: uma proposta para o caso brasileiro”. Em termos propositivos, objetiva-se que a agenda de pesquisa aporte subsídios para avaliar a plausibilidade de uma estratégia de dissuasão convencional brasileira, ancorada no conceito operacional¹ de antiacesso e negação de área (A2/AD).

Após lançar as bases teóricas e conceituais da agenda de pesquisa no ensaio intitulado “O Desafio da Dissuasão Convencional no Ambiente Multidomínio: Antiacesso e Negação de Área como Resposta.”², este segundo ensaio ambiciona analisar empiricamente como Rússia, China e Irã desenvolvem as suas respectivas estratégias dissuasórias. Mais uma vez, tendo como objetivo contribuir para a proposição de uma estratégia de dissuasão brasileira, essa fase da pesquisa opta pelo emprego do método comparativo. Não obstante dois dos três casos selecionados sejam potências nucleares, dar-se-á ênfase à vertente convencional da dissuasão dos três países supracitados.

Com base no edifício teórico sobre dissuasão apresentado no artigo anterior, o presente documento procederá da seguinte forma: 1) apresentaremos uma classificação aprofundada de uma tipologia para o estudo da dissuasão. Isto permitirá categorizar melhor como os países estudados processam essa estratégia; 2) a partir de critérios sobre modalidades, método e recortes (conceitual, geográfico e temporal) da dissuasão, o texto se dedica ao estudo de cada caso de forma a apresentar os insumos para a análise comparada; 3) em seguida, o texto apresenta as principais implicações para o Exército Brasileiro; 4) por fim, o documento apresenta os principais resultados e, em suas considerações finais, sintetiza as implicações do presente estudo para o caso do Brasil.

No tocante à comparação, o trabalho irá se ater ao estudo de dois parâmetros fundamentais para sustentar uma estratégia dissuasória: credibilidade e capacidade. Quanto à credibilidade, analisaremos documentos orientadores da política e estratégia de defesa dos países sob escrutínio. Para avaliar suas capacidades, far-se-á o estudo de seus meios militares relacionados ao efeito dissuasório pretendido. Embora seja no terceiro ensaio que nos deteremos mais à geografia no nível do teatro, a geoestratégia será um instrumento presente para a contextualização estratégica em que se desenvolve o pensamento e prática dissuasória sob estudo. Os insumos apresentados no presente trabalho estruturarão o pilar empírico para o ensaio 3, no qual buscar-se-á identificar como China, Rússia e Irã operacionalizam a dissuasão convencional através do A2/AD.

¹Do original *Operational Concept*, traduzido aqui como Conceito Operacional. Para a expressão doutrinária brasileira, ver “Conceito da Operação” (BRASIL, 2015).

²TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. O Desafio da Dissuasão Convencional no Ambiente Multidomínio: Antiacesso e Negação de Área como Resposta. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica, [S.l.], Vol 18 (4) Set/ Nov 2020 [no prelo].

1. Estratégias de Dissuasão e suas Tipologias

No estudo da estratégia, seja em seu sentido amplo (Grande Estratégia³) ou restrito (Estratégia Militar⁴), duas modalidades de postura se sobressaem de imediato: a ofensiva e a defensiva. Sendo o ataque e a defesa duas características imanentes do ato de guerrear, essa dualidade compõe a resposta básica sobre como estados e outros atores dotados de meios de força violenta se preparam e empregam esses instrumentos para a consecução de seus objetivos.

Com o advento das armas nucleares nos anos 1940, deu-se o início de uma nova era para o pensamento estratégico (SCHELLING, 1966). Nesse sentido, a dissuasão ganha espaço no pensamento militar como uma **postura estratégica** própria. Conforme demonstra Freedman (2003), entre os anos 1950 e 1960 ocorreu o desenvolvimento de uma reflexão sistemática sobre a dissuasão como uma terceira forma estratégica, ao lado da ofensiva e da defensiva. É nesse cenário que autores como Schelling e Brodie (MAHNKEN & MAIOLO, 2014) contribuíram decisivamente para o estabelecimento de uma teoria da dissuasão. Segundo Mazarr (2018), a dissuasão é entendida como uma prática que objetiva desencorajar alguém de tomar ações indesejáveis, a exemplo de um ataque armado. Como uma estratégia de natureza coercitiva, a dissuasão busca desencorajar a agressão por meio de ameaças críveis às preferências do oponente.

A dissuasão possui ao menos duas modalidades básicas: a nuclear e a convencional. Não obstante seja anterior à Era Nuclear, o entendimento dos riscos de escalada em uma confrontação com esse tipo

de armamento impulsionou os estudos e a posterior adoção da deterrência e da dissuasão⁵ como estratégia preferencial na interação entre as superpotências. Apoiando-se na tradicional **dissuasão nuclear**, também denominada de *Strategic Deterrence*, países como Rússia e China possuem nas armas nucleares elemento basilar de suas estratégias dissuasórias. Irã e Brasil, não detentores dessa modalidade de armamento, têm à disposição a opção pela **dissuasão convencional**.

Os exemplos acima são relevantes para deixar claro um ponto: a dissuasão não é sinônimo de dissuasão nuclear. Como teorizou Mearsheimer (1983), a dissuasão convencional é um tipo de estratégia presente em diversos momentos da história. Como a ofensiva e a defensiva, ela se mostra extremamente relevante no repertório de posturas estratégicas disponíveis aos tomadores de decisão. Distinto de uma dualidade estanque, as potências nucleares citadas acima também lançam mão da dissuasão convencional como complemento de sua estratégia nuclear, opção defendida por estrategistas como Beaufre (1998) desde os anos 1960. Alertamos que, apesar da relevância fundamental da vertente nuclear da dissuasão, no presente trabalho dar-se-á ênfase ao estudo de sua vertente convencional.

Em seu clássico sobre doutrinas militares, Posen (1984) destacou a ofensiva, defensiva e a dissuasão (*deterrence*) como as três doutrinas estratégicas básicas. Enquanto as duas primeiras operam fundamentalmente no âmbito militar, a dissuasão pode tanto ser pensada como restrita às forças armadas como

³Para uma revisão teórica do conceito, ver Alsina Jr. (2018).

⁴Para um estudo clássico sobre Estratégia Militar, ver Beaufre (1998)

⁵Segundo Mazarr (2018), a deterrência é uma parte do processo mais amplo de dissuasão. Entretanto, para fins de simplificação, traduziremos *deterrence* como dissuasão. Segundo o autor, “o objetivo da dissuasão é convencer um invasor potencial de que o cálculo de custo-benefício de agressão é desfavorável, em parte por enfatizar os custos da agressão, mas também oferecendo garantias e benefícios que tornam um mundo sem agressão mais atraente.” (MAZARR, 2018, p. 5).

elevada ao nível de grande estratégia, incorrendo na articulação entre diversas expressões do poder nacional para a sua realização⁶. A dissuasão configura uma postura complexa, seja porque normalmente opera em combinação com outras posturas (ofensiva ou defensiva), mas também porque tende a demandar uma conexão mais robusta (*estratégia*) entre os objetivos políticos e o instrumento militar.

De acordo com a literatura, a dissuasão possui duas abordagens fundamentais ou métodos (FREEDMAN & RAGHAVAN, 2013). Embora sejam duas expressões de estratégia coercitiva, possuem modos de operação próprios. Com ênfase maior na credibilidade e na capacidade militar, a **dissuasão pela negação** opera ao tornar o sucesso de uma agressão improvável ou extremamente custoso. O sucesso dessa abordagem se dá em função de negar ao inimigo a perspectiva de que irá atingir os seus objetivos (MEARSHEIMER, 1983). A dissuasão pela negação demanda que se demonstre a intenção e o esforço de defender algum compromisso (MAZARR, 2018). O segundo método ou abordagem, a **dissuasão pela punição** opera de forma mais ampla que a dissuasão pela negação. Enquanto a última visa necessariamente à defesa direta do objetivo (ex. território contestado) normalmente com ênfase em meios militares, a perspectiva punitiva amplia o escopo de sua ação, lançando mão de ameaças amplas aos interesses em potencial agressor em diversas arenas, para além da militar. Sanções econômicas, pressão política e diplomática associadas à ameaça crível de punir o inimigo são elementos que compõem parte do repertório necessário para que se elevem os custos de um ataque, realizando assim o intento dissuasório.

⁶ A relação entre a postura estratégica e o seu enquadramento nos marcos de uma grande estratégia não é restrita à opção dissuasória (BEAUFRE, 1998; ALSINA JR, 2018).

Outro tópico fundamental para o estudo da dissuasão é compreender o papel que desempenham os sistemas de armas e capacidades. Distinto da ofensiva e da defensiva, as quais objetivam o sucesso militar através do emprego de seus meios de força, a dissuasão opera de forma a evitar com que as hostilidades ocorram. Desta forma, o papel da **percepção** é vital. A dissuasão deve ser concebida primeiramente como um esforço para moldar o pensamento do agressor em potencial e isto se realiza através da capacidade de manipular a sua percepção (BEAUFRE, 1998). Para entender isso, duas categorias devem ser recuperadas aqui: **credibilidade** e **capacidade**. Segundo Bruce Russett, a dissuasão falha,

‘quando o atacante decide que a ameaça do defensor não é susceptível de ser cumprida’. Este axioma destaca dois fatores distintos - *capacidade* e *vontade*. A fraqueza percebida em ambos pode minar a dissuasão. A *capacidade* é suficientemente simples. Como sugerido anteriormente, o equilíbrio imediato e local das forças nem sempre é um fator determinante para o sucesso da dissuasão - mas o conjunto de capacidades, militares e outras amplamente percebidas de um defensor, deve ser suficientemente forte para convencer um potencial atacante de que é provável que pague um preço elevado por uma agressão. A *vontade* é uma variável muito mais abstrata e facilmente sujeita a falhas de interpretação. Os agressores convenceram-se repetidamente de que um defensor não tinha a vontade de responder, especialmente em casos de dissuasão estendida. A vontade é, em parte, uma função dos interesses nacionais envolvidos: Se um defensor for visto como tendo interesses vitais em jogo, um potencial agressor acreditará em ameaças de resposta”⁷(RUSSET apud MAZARR, 2018, p. 10 [grifo nosso])

⁷ Tradução nossa. No original: “when the attacker decides that the defender’s threat is not likely to be fulfilled.” This axiom highlights two distinct factors—capability and will. Perceived weakness in either can undermine deterrence. Capability is straightforward enough. As suggested earlier, the immediate, local balance of forces is not always a key determinant of deterrence success—but a defender’s broadly perceived suite of capabilities, military and otherwise, must be strong enough to convince a potential attacker that it is likely to pay a heavy price for aggression. Will is a

Para que o esforço em moldar a percepção do oponente seja exitoso, se faz necessário que mensagens dissuasórias – como as ameaças – sejam críveis. Além dos supracitados pilares de capacidade (ex. balança local de forças) e credibilidade (ex. vontade nacional), é relevante que a dissuasão seja moldada sob medida (*tailored*) de forma que a sua mensagem possa funcionar contra potenciais agressores específicos. Sem isso, existe o risco de ambiguidade ou falha de percepção da mensagem, contribuindo para que a estratégia falhe em seu intento. Disso se depreende que o dissuasor deve externar a firmeza de seu compromisso para com o que deseja proteger. Essa determinação se vê espelhada não apenas no nível militar, mas no nível político. A ausência de credibilidade pode incorrer no fracasso da dissuasão.

Um segundo pilar, a capacidade transcende o simples quantitativo de armamentos disponíveis em um potencial teatro de operações. Ela é composta por fatores produtores de capacidade, como doutrina, organização e obviamente, armamentos. Nesse sentido, ao pensarmos na dissuasão convencional, destaca-se a dissuasão pela negação inicialmente. Conforme posto por Mazarr (2018), a dissuasão e a defesa são analiticamente distintas, porém, interligadas na prática. Essa interrelação provoca, inclusive, confusões que atrapalham o desenvolvimento de uma real estratégia dissuasória em países como o Brasil. Naturalmente, uma estratégia ofensiva ou defensiva pode provocar em potenciais adversários um efeito dissuasório. Entretanto, o mencionado efeito destoa de uma estratégia dissuasória construída como tal. Isto porque “a dissuasão não é uma função da balança de

forças em um território contestado” (MAZARR, 2018), mas sim uma interação estratégica, de natureza coercitiva, que opera na mente dos antagonistas previamente à eclosão das hostilidades, com objetivo direto de evitá-las.

De forma a operacionalizar as suas estratégias dissuasórias, potências nucleares, em especial os Estados Unidos, a Rússia e a China, desenvolveram aquilo que se convencionou denominar de tríade nuclear. Para garantir a capacidade de segundo ataque, engendrando assim a situação de equilíbrio de terror sintetizada na expressão Destruição Mútua Assegurada (M.A.D), os países supracitados desenvolveram vetores de entrega de artefatos nucleares aptos a serem lançados por terra, mar e ar (FREEDMAN, 2003). Ilustram esses meios os mísseis balísticos intercontinentais (ICBM) lançados de silos subterrâneos ou por plataformas móveis, ICBMs lançados por tubos verticais através de submarinos de propulsão nuclear ou artefatos nucleares lançados através de bombardeios estratégicos de longo alcance. Se por um lado a dissuasão nuclear proporciona a ameaça máxima em termos de custos a potenciais agressores, no intercâmbio entre atores nuclearmente armados, ou na assimetria desses meios, a plausibilidade de seu emprego tende a ser perigosa e restrita. Como complemento, desde a Guerra Fria, potências nucleares desenvolvem meios para a dissuasão convencional, em particular sistemas de A2/AD. Essa modalidade de dissuasão é possível para potências não nuclearmente armadas, como o Irã ou o Brasil, e é exatamente nesse debate que uma das respostas sobre como operacionalizar essa forma de dissuasão começa a ser respondida.

Percebendo a superioridade militar dos EUA e da OTAN, em particular nos domínios aéreo e naval durante a Guerra Fria, a União Soviética começou a desenvolver aquilo que Krepinevich, Watts e Work (2003) chamaram de desafio de antiacesso e negação de

much more abstract variable and easily subject to misperception. Aggressors have repeatedly convinced themselves that a defender did not have the will to respond, especially in cases of extended deterrence. Will is partly a function of the national interests involved: If a defender is seen to have vital interests at stake, a potential attacker will believe threats of response” (RUSSET apud MAZARR, 2018, p. 10).

área⁸(A2/AD). A URSS, além de seu poder militar terrestre massivo no teatro de operações europeu, apoiando-se em sensores, mísseis, artilharia de longo alcance e em submarinos, desenvolveu também capacidades dissuasórias convencionais calcadas na habilidade de negar acesso e área aos seus antagonistas. Distinto da simplicidade de uma *buzzword* generalista (SIMON, 2017), o A2/AD pode ser estudado como estratégia (operacional), conceito operativo (forma de emprego), sistema (requisitos organizacionais, materiais e imateriais) e capacidade (doutrina, estrutura organizacional e equipamentos). Trazendo a presente reflexão para o tempo presente, países como Rússia, China e Irã desenvolvem e aprimoram capacidades convencionais para promover a dissuasão contra seus principais oponentes. Apesar de não utilizar necessariamente a expressão A2/AD em suas doutrinas oficiais, a literatura especializada percebe nesses países o emprego da lógica de antiacesso e de negação de área (TANGREDI, 2013). Assim, nota-se que a adoção do A2/AD não é contraditória a existência de uma estratégia nuclear. Rússia e China exemplificam bem esse ponto.

Apresentada a dissuasão como postura estratégica, suas modalidades (nuclear e convencional), métodos (negação e punição) e possíveis sistemas e capacidades (tríade nuclear e A2/AD), se faz necessário construir uma tipologia que nos habilite a analisar exemplos empíricos de dissuasão. Para além das diferentes modalidades e métodos, a respectiva tipologia exposta a seguir é dividida em três parâmetros: espaço, tempo e escopo.

⁸ Este tema será desenvolvido amplamente no terceiro ensaio do presente ciclo de pesquisa. No ensaio 1, “O Desafio da Dissuasão Convencional no Ambiente Multidomínio: Antiacesso e Negação de Área como Resposta” (TEIXEIRA JÚNIOR, 2021) apresentamos uma definição do A2/AD.

Quadro 1: Tipologia da Dissuasão Convencional

Característica	Tipo	Exemplo
Modalidade	Nuclear/ Convencional	Tríade Nuclear / A2/AD
Método	Negação/ Punição	Defesa Ativa / Manobra Exterior
Delimitação Temporal	Geral / Imediata	“U.S. Nuclear Posture” / Crise dos Mísseis (1962)
Delimitação Espacial	Direta/ Estendida	China / Estados Unidos
Abrangência Conceitual	Ampla / Restrita	Estados Unidos / França ⁹

Fonte: o autor, baseado em Mearsheimer (1983), Beaufre (1998), Freedman (2003) e Mazarr (2018).

No tocante à dimensão espaço, têm-se a **dissuasão direta** e a **dissuasão estendida**. Enquanto a *direta* visa prevenir ataques contra o território do país dissuasor, a versão *estendida* busca desencorajar ataques contra terceiros, como aliados (MAZARR, 2018). A segunda dimensão é tempo. A **dissuasão geral** busca desencorajar ações indesejadas no decorrer do tempo, enquanto a **dissuasão imediata** é mais comum em tempos de crise e se restringe a prevenir um ataque eminente. A terceira dimensão refere-se ao escopo. Enquanto a **dissuasão restrita** lança mão de meios militares, valendo-se de ameaças para dissuadir agressões, a concepção de **dissuasão ampla** congrega além do instrumento militar, ações e meios não militares, a exemplo de sanções econômicas e pressões diplomáticas (MAZARR, 2018).

⁹ Como qualquer categorização, o quadro acima incorre no risco de simplificações. No tocante aos EUA e França como exemplos de abrangência conceitual ampla e restrita, respectivamente é importante precisar o motivo de elencá-los como exemplos. Tendo como pano de fundo a Guerra Fria, entende-se que a estratégia dissuasória dos EUA repousa na mobilização de diversos instrumentos de poder nacional (ex. acrônimo DIME (“Diplomatic, Informational, Military, and Economic”). Por sua vez, o principal instrumento de dissuasão da França contra ameaças do Pacto de Varsóvia consistia em sua “force de frappe” ou força de dissuasão [nuclear].

2. A Dissuasão Como Estratégia Real: Comparando casos

Após revisar os aspectos centrais da teoria da dissuasão, a presente seção parte para o seu estudo empírico. Tendo como objetivo contribuir para a proposição de uma estratégia de dissuasão brasileira, essa fase da pesquisa opta, por meio do emprego do método comparativo (LANDMAN, 2008), por analisar como Rússia, China e Irã desenvolvem as suas respectivas estratégias dissuasórias. Não obstante os dois primeiros sejam potências nucleares, dar-se-á ênfase à vertente convencional da dissuasão dos três países supracitados.

Em seu esforço comparativo, o trabalho ater-se-á ao estudo de dois parâmetros fundamentais para sustentar uma estratégia dissuasória: a credibilidade e a capacidade. Para o primeiro, analisaremos documentos orientadores da política e da estratégia de defesa dos países sob escrutínio. Para o segundo, discutir-se-ão os meios militares relacionados ao efeito dissuasório¹⁰. A geoestratégia será um instrumento presente para a contextualização em que se desenvolve o pensamento e prática dissuasória investigada.

2.1. A Rússia e a sua Estratégia de Dissuasão Convencional

Para compreendermos a postura estratégica russa no tocante à dissuasão é imprescindível analisar a sua geografia. A Rússia é um colosso territorial, potência terrestre por excelência, que tem na sua geografia a linha mestre de seu percurso histórico. A imensidão do território russo, em grande medida desprovido de barreiras naturais à sua entrada – com exceção das dificuldades impostas pelo Ártico ao norte – tem a sua geo-história e formação social atrelada a invasões, guerras e conquista (MACKINDER, 1904). Dada a inexistência

¹⁰ A análise do pilar “capacidade” (BEAUFRE, 1998), será objeto de escrutínio central no Ensaio 3.

de obstáculos naturais, a Rússia construiu óbices artificiais para dissuadir e defender-se contra invasões. Entre eles, a expansão de seu território acrescentou profundidade estratégica, obrigando qualquer invasor a esgarçar as suas linhas de comunicação (SUSHENTSOV, 2015). Uma segunda linha pode ser percebida no controle de Estados-satélites na Europa do Leste. Servindo como Estados-Tampão entre as potências centrais e a Rússia, países como Polônia, Ucrânia e Bielorrússia elevavam os custos (distância, logística, esforço) para ações cinéticas contra a Rússia por terra. A elevação do país à condição de potência terrestre clássica foi acompanhada por um desenvolvimento militar que buscou elevar os custos de agressões aos interesses de Moscou. Em sua gênese, território, geografia e história foram elementos cruciais no desenvolvimento da cultura estratégica russa (ROMANA, 2016) e de sua postura defensiva e dissuasória ao longo da história¹¹ (SUSHENTSOV, 2015).

Apesar de a Federação Russa ser um país euroasiático e enfrentar desafios aos seus interesses no extremo asiático (ex. ilhas Curilas) e no oriente médio (ex. Síria), a sua imaginação geopolítica historicamente se voltou para o Ocidente. Essa afirmação se substancia, por exemplo, na Estratégia de Segurança Nacional da Rússia (2015), quando afirma que,

“A construção do potencial militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a sua dotação de funções globais, em violação das normas do direito internacional, a galvanização da atividade militar dos países do bloco, a expansão da aliança e a localização de sua infraestrutura militar mais próxima das fronteiras russas estão criando uma ameaça à segurança nacional”.¹² (RÚSSIA, 2015, p. 4)

¹¹ A avaliação sobre o tipo de postura estratégica russa (ofensiva-defensiva) não é consensual. Desde Kennan (2003) o Ocidente percebe a postura russa como ofensiva. Desenvolvemos esse ponto em Teixeira Júnior (2018).

¹² Tradução nossa. No original: “The buildup of the military potential of the North Atlantic Treaty

Para atingir os objetivos de defesa nacional da Rússia, o país aposta na dissuasão estratégica (nuclear) e na prevenção de conflitos armados. Para tal, visa aprimorar as suas organizações militares, sua capacidade de desdobramento das forças armadas e agências do Estado (RÚSSIA, 2015; TEIXEIRA JÚNIOR, 2018). Na prática, é possível inferir que a Rússia emprega um conceito amplo de dissuasão, dado que

“Medidas políticas, militares, militares-técnicas, diplomáticas, econômicas, informacionais, entre outras, estão sendo desenvolvidas e implementadas a fim de garantir a dissuasão estratégica e a prevenção de conflitos armados”¹³ (RÚSSIA, 2015, p. 7).

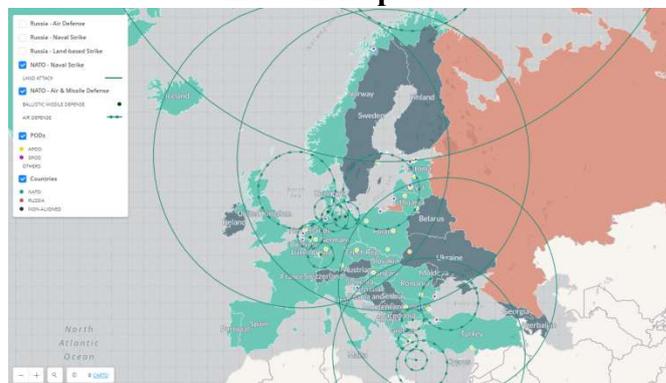
Percebe-se que a dissuasão objetiva prevenir agressões contra a Rússia, proteger sua soberania e manter sua integridade territorial. Para essa finalidade, o país combina a dissuasão nuclear e convencional. A manutenção de uma capacidade de dissuasão nuclear suficiente é combinada com forças armadas e outras tropas em prontidão para o combate (RÚSSIA, 2015, p. 7). Amplamente desenvolvida a partir da reforma militar russa nos anos 2000 (SLOAN, 2008), os meios de dissuasão convencional do país ampliaram sobremaneira o leque de opções de ações militares e não-militares disponíveis. Segundo a Doutrina Militar da Federação Russa, “sistema de dissuasão não nuclear [convencional] é um conjunto de medidas de política externa, militar e técnico-militar destinadas a prevenir a agressão contra a

Federação Russa por meios não nucleares.”¹⁴ (RÚSSIA, 2014).

Embora a dissuasão nuclear desempenhe papel essencial em garantir o equilíbrio estratégico entre Rússia e OTAN, a Rússia possui patamares mais elevados de poder militar e nacional, habilitando-a engendrar esforços na dissuasão convencional, com importantes repercussões para a sua geoestratégia e postura estratégica.

Com o colapso da União Soviética, a reorganização do espaço político do mundo eslavo, antes sob influência direta de Moscou, passou a sofrer severa influência da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Nesse sentido, o espaço “tampão” entre a Rússia e a OTAN foi se reduzindo ao passo que ex-Repúblicas Soviéticas ingressaram na Organização Atlântica. A figura abaixo ilustra o panorama estratégico do Leste Europeu com ênfase na presença de meios militares da OTAN no entorno estratégico russo.

Figura 1: Ambiente de A2/AD da OTAN no Leste Europeu



Fonte: Williams (2017).

Desde 1949 aos dias atuais, a OTAN passou de 12 para 30 membros (NATO, 2020). Após a queda do muro de Berlim, a Alemanha reunificada tornou-se um dos mais

Organization (NATO) and the endowment of it with global functions pursued in violation of the norms of international law, the galvanization of the bloc countries' military activity, the further expansion of the alliance, and the location of its military infrastructure closer to Russian borders are creating a threat to national security.” (RÚSSIA, 2015, p. 4).

¹³Tradução nossa. No original: “Interrelated political, military, military-technical, diplomatic, economic, informational, and other measures are being developed and implemented in order to ensure strategic deterrence and the prevention of armed conflicts.” (RÚSSIA, 2015, p. 7).

¹⁴ Tradução nossa. No original: “system of non-nuclear deterrence is a complex of foreign policy, military and military-technical measures aimed at preventing aggression against the Russian Federation through non-nuclear means.” (RÚSSIA, 2014).

importantes membros da OTAN. No período pós-Guerra Fria, o antigo espaço soviético na Europa Central e no Leste foi severamente erodido com o alargamento da OTAN. Adentraram na OTAN: República Tcheca, Hungria e Polónia (1999), Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia (2004), Albânia e Croácia (2009); Montenegro (2017), República do Norte da Macedónia (2020)¹⁵. Na Cúpula de Bucareste, em 2008, os países da OTAN concordaram que a Geórgia e a Ucrânia poderiam se tornar membros no futuro (NATO, 2020). Diante dos eventos supracitados, a histórica sensação de sofrer um cerco geoestratégico, a qual sentira durante o período soviético, retornou com força nos anos 1990 e 2000.

De forma mais aguda, a supracitada sensação levanta suspeitas sobre a credibilidade e capacidade da dissuasão russa. Legado do passado soviético, a Rússia tem em sua Força Estratégica de Mísseis um pilar essencial para a sua dissuasão estratégica e convencional. Segundo o CSIS (2021), o país é detentor de um dos mais vastos arsenais de mísseis balísticos e de cruzeiro no mundo, com emprego variado desde missões de antiacesso e negação de área à entrega de armas nucleares. Diante da centralidade de sua capacidade missilística para a dissuasão, a expansão da OTAN é percebida por Moscou como risco à credibilidade de sua estratégia dissuasória. Segundo a Doutrina Militar da Rússia (2014), dois aspectos aqui salientados configuram riscos militares externos ao país. Primeiramente, o desdobramento de contingentes militares de países estrangeiros em territórios contíguos à Federação Russa e aliados, tal como em águas adjacentes. Em segundo lugar, o estabelecimento ou desdobramento de sistemas de defesa de

mísseis estratégicos, afetando o equilíbrio de forças na região.

No âmbito terrestre, a OTAN possui presença de tropas e meios nos países mais sensíveis para a segurança russa. Além de uma robusta cobertura com defesa aérea e missilística, a OTAN possui capacidade de ataque naval com cobertura no Mediterrâneo, Mar Negro, Mar do Norte e Mar Báltico. Em termos logísticos, a organização atlantista possui diversos *Aerial Port of Disembarkation* (APOD) e *Sea Port of Disembarkation* (SPOD), o que favorece o desdobramento de tropas e material por meios aéreos e marítimos para potenciais teatros de operação (WILLIAMS, 2017).

No ponto mais avançado da Rússia, a Oeste, ocorre o contato direto das fronteiras da Polónia e Lituânia com o exclave de Kaliningrado. Ao Sul, a possível entrada da Geórgia na organização gera a expectativa de uma maior pressão da OTAN no Cáucaso. Mais ao centro, a instabilidade política na Ucrânia e na Bielorrússia compromete a sua função “tampão” entre a Rússia e o Ocidente. Factualmente, a presença de forças da OTAN assessorando o governo ucraniano na guerra civil com separatistas pró-Rússia, pode ser percebida como uma antecipação do que pode ocorrer na Bielorrússia, caso os protestos contra Lukashenko degenerem para severo conflito civil.

Os eventos e cenários acima dão plausibilidade aos riscos militares externos percebidos pela Rússia, especialmente no tocante ao uso da força militar nos territórios contíguos ao país e à existência ou emergência de conflito armado ou escalonamento desses conflitos nos territórios da Federação Russa e de seus aliados (RÚSSIA, 2014). A preocupação acima destaca outra característica da postura estratégica russa. A sua dissuasão, além de combinar a vertente nuclear e convencional, também é geral e estendida. Geral, pois se processa ao longo do tempo visando ao prolongamento de seu efeito contra seus potenciais agressores; estendida, pois objetiva

¹⁵Dados extraídos de “Enlargement”, disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49212.htm#:~:text=Currently%2C%20three%20partner%20countries%20have,Alliance%20on%2027%20March%202020.&text=NATO's%20%E2%80%9Copen%20door%20policy%E2%80%9D%20is,10%20of%20its%20foundi ng%20treaty. Acesso em: 16 fev. 2021.

também dissuadir ações contra seus aliados (Bielorrússia) e países de interesse (Ucrânia, Geórgia, entre outros). Entretanto, pontuamos que embora possua características de dissuasão estendida, percebe-se que o escopo geográfico da dissuasão russa é essencialmente do tipo direta.

Contudo, o caráter de dissuasão estendida pode ser mais bem exemplificado ao se examinar o cenário estratégico do Báltico. Ao Norte, Estônia, Letônia e Lituânia representam a efetiva zona de contato da OTAN com a Rússia. Essa frente é, no momento, a mais sensível para as relações Rússia-OTAN.

Figura 2: Presença Avançada Aprimorada da OTAN



Fonte: NATO (2020).

Como se observa na Figura 2, o exclave de Kaliningrado proporciona à Rússia a capacidade de estar presente e projetar poder em direção à Europa Ocidental, podendo inclusive comprometer o flanco norte da Aliança. Entretanto, o controle e segurança dessa região é delicado e pode ser impactado pelo relacionamento de Moscou com outros países europeus. Fazendo fronteira com a Lituânia e Polónia, o supracitado exclave é ligado à Bielorrússia pelo corredor de Suwalki, sendo fundamental a manutenção da Bielorrússia como aliada de Moscou. Dada a relevância dessa região para a dissuasão nuclear e convencional russa, o controle do Báltico é fundamental no xadrez de pressão e contrapressão entre a Rússia e a OTAN. Após a guerra russo-georgiana de 2008, a anexação da Criméia e a atual

influência de Moscou na guerra civil ucraniana, a OTAN percebeu a possibilidade de que operações híbridas ou atos de força em guerras limitadas poderiam ser desferidos contra os membros da Aliança no Báltico, o que levou a robustecer a sua presença na Estônia, Letônia, Lituânia e Polónia.

Diante de um cenário no qual a segurança russa se deteriora com a perda de sua área de influência histórica, a dissuasão é uma postura estratégica cada vez mais relevante para a Federação Russa. A dissuasão nuclear ainda desempenha um papel crucial para a sustentação do equilíbrio estratégico entre Rússia e OTAN, destarte a queda em outras áreas do poder nacional russo (demografia, economia, prestígio etc.). Após a sua reforma militar e seus logros, a Rússia incrementou as suas capacidades para realizar ações militares convencionais, de natureza limitada e expedicionária. Geórgia, Ucrânia e Síria foram teatros em que a Rússia não apenas buscou conquistar objetivos políticos com o intermédio do instrumento militar, serviram também de teste e aprendizado para o robustecimento de um poderoso sistema de dissuasão convencional, combinando capacidades defensivas e ofensivas.

2.2. A China e a sua Estratégia de Dissuasão Convencional

Como a Rússia, a China possui uma postura estratégica dissuasória em sintonia com a sua cultura estratégica (ROMANA, 2016). Potência Anfíbia ao longo dos séculos, a China contemporânea vê as suas possibilidades de expansão e projeção de poder e influência limitadas. Suavizada pelo efeito tampão proporcionado pela Mongólia, ao Norte é limitada pela extensão do território russo no extremo asiático. A Leste, a nuclearização da península coreana impõe-se como desafio para a segurança chinesa, complexificada pela dissuasão estendida proporcionada pelos Estados Unidos à Coreia do Sul. A Oeste, Pequim é limitada pela Índia, tradicional contendor, atualmente assediado por Washington para compor os esforços de

balanceamento contra a China. Ao Sul, os países do Sudeste Asiático lidam com a China através da ASEAN (*Association of South east Nations*) ou se articulam com potências regionais e extrarregionais, como Japão e Estados Unidos.

Não obstante o advento de projetos como o *Belt and Road Initiative* (BRI) e sua intenção de construir infraestruturas logísticas na Eurásia, a densidade de poder na vertente continental da projeção de poder chinesa é extremamente elevada. Disso deriva que os mares são a principal fronteira para a saída da China para o mundo. Desde a criação das Zonas Econômicas Exclusivas na costa do país e a adoção do lema de “um país, dois sistemas”, a China vem buscando transformar-se em potência marítima. É irônico que essa virada para os mares coloque Pequim em confronto com outra potência marítima, originalmente de matriz mahaniana (SEMPA, 2014): os Estados Unidos da América. Este, apesar de não ser um país asiático, pode ser percebido como a principal variável na equação geopolítica da região. Como é possível observar na Figura 3, desde a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos expandiram a sua presença na região da Ásia-Pacífico, incorporando-a ao seu planejamento estratégico-militar na qualidade de Área de responsabilidade do U.S. INDOPACOM¹⁶.

Figura 3: Presença Militar dos Estados Unidos na Ásia-Pacífico.



Fonte: Kelly (2018).

¹⁶“USINDOPACOM Area of Responsibility”, disponível em: <https://www.pacom.mil/About-USINDOPACOM/USPACOM-Area-of-Responsibility/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

A despeito das diferenças e especificidades entre os ambientes geoestratégicos da Europa de Leste e do Leste Asiático, em ambos se observa o fenômeno do cerco estratégico sob a forma de política de contenção. Mas, se no cenário europeu, prepondera a dinâmica continental-terrestre, nessa porção da Ásia, os mares são o ambiente natural da talassocracia.

Em termos de dissuasão, porém, se faz necessário expor diferenças entre a Rússia e a China. A primeira tem nas armas nucleares o vetor central da manutenção do equilíbrio estratégico com os Estados Unidos. Para tal, a paridade quantitativa e qualitativa dos armamentos e de seus respectivos meios de entrega é fundamental. Dado o arsenal nuclear reduzido quando comparado àquele dos EUA e da Rússia (ARMS CONTROL CENTER, 2020), infere-se que Pequim não busca paridade quantitativa de artefatos com os Estados Unidos. Isso decorre de alguns fatores. Primeiro, caso buscasse igualar ou equiparar o arsenal nuclear dos EUA, Pequim afetaria a sua situação no tocante ao balanço de forças estratégicas com a Rússia, sua atual aliada. Dada a assimetria de Moscou face a Pequim em outras expressões do poder nacional (demografia, economia etc.), uma ação nessa direção poderia afetar a manutenção desse alinhamento estratégico que já produz frutos relevantes, como a participação do Exército de Libertação Popular da China no exercício militar Vostok (YANG, 2018). Um segundo motivo consiste na própria concepção de dissuasão nuclear, a qual poderíamos considerar como dissuasão mínima crível. Segundo o projeto *MissileThreat* (CSIS, 2020a), a China possui um pequeno contingente de mísseis balísticos intercontinentais armados com ogivas nucleares capazes de atingir o território continental dos Estados Unidos. Essa capacidade é somada a uma crescente força de submarinos capazes de lançar mísseis balísticos (CSIS, 2020a). Para entendermos melhor como se estrutura a postura estratégica chinesa, é necessário uma análise de seu último *White Paper* de defesa:

“China's National Defense in the New Era” (CHINA, 2019).

Primeiramente, cabe destacar que o estamento político chinês exerce a condução política da defesa. As diversas forças que compõem o Exército de Libertação Popular (ELP) são subordinadas ao Partido Comunista Chinês (STRACHAN, 2008), cujo controle é exercido atualmente pelo presidente Xi Jinping. Tendo vivenciado o que se convencionou chamar de “século de humilhação”, prepondera na mentalidade estratégica do país duas funções basilares do poder militar: a defesa e a dissuasão. Em segundo lugar, da condução política previamente mencionada deriva uma diretriz do mais elevado nível que insere o poder militar como parte de uma grande estratégia¹⁷ (TEIXEIRA JÚNIOR, SILVA, 2020). Terceiro, e não menos importante, tendo elevado o seu nível de poder nacional a níveis nunca desfrutados pelo país, o instrumento militar tem a importante tarefa de contribuir para manter e elevar a liberdade de ação e a garantia dos interesses de Pequim, fora e dentro do país. Nesse contexto, a postura estratégica analisada no âmbito de sua defesa e poder militar transparece a existência de uma real ponte estratégica, conectando objetivos políticos e meios militares (*ends, ways and means*). Essa coerência entre níveis de decisão transborda para o nível da estratégia militar.

Afirmamos previamente que a postura estratégica da China é dissuasória. Para operacionalizá-la no nível estratégico militar, o país adota a concepção de defesa ativa (SINGH, 2016). A estrutura de defesa do país, desdobrada em todos os domínios de operação, visa desencorajar ações militares contra a China. Em caso de a dissuasão falhar, essa mesma estrutura buscará repelir a agressão e contra-atacar de forma a neutralizar a capacidade ofensiva do agressor.

¹⁷Entre os objetivos a que se busca atingir é o da “realização do Sonho Chinês de alcançar o grande rejuvenescimento da nação chinesa” (CHINA, 2019).

É importante destacar que essa perspectiva sobre defesa ativa (CHINA, 2019) está presente não apenas na dissuasão convencional, mas também na nuclear. De acordo com o Livro Branco de Defesa de 2019, “A China segue uma estratégia nuclear de autodefesa, cujo objetivo é manter a segurança estratégica nacional, dissuadindo outros países de usar ou ameaçar usar armas nucleares contra a China.”¹⁸ (CHINA, 2019, p. 9). O país adota uma política de *No First Use* (ARMS CONTROL CENTER, 2020), sustentada por um arsenal nuclear (ogivas) “mínimo” de forma a proporcionar capacidade e credibilidade para dissuasão estratégica. Para assegurar a sua soberania e segurança, tal como a manutenção do equilíbrio estratégico internacional (armas nucleares), o país provê as suas forças armadas de prontidão necessária para a dissuasão estratégica (ARMS CONTROL CENTER, 2020). Como a Rússia e os Estados Unidos, a China possui uma tríade nuclear. Meios aéreos, navais (submarinos) e terrestres estão aptos a proporcionar um segundo ataque em caso de agressão nuclear contra a China. No entanto, ao lado da dissuasão nuclear, o país desenvolve meios e estratégias no campo da dissuasão convencional. A atuação de destaque da China em domínios militares como espaço e ciberespaço, ilustrado pela Força de Apoio Estratégico do ELP, é um exemplo significativo de que Pequim não depende apenas de seu arsenal nuclear para prover dissuasão. Ao passo que o país amplia seus interesses na Ásia e no mundo, a modernização militar terrestre, aérea e em especial marítima fortalece as capacidades defensivas e ofensivas da China, com significativo impacto para a dissuasão.

O crescente fortalecimento de seus meios convencionais, tal como da manutenção de sua dissuasão nuclear mínima,

¹⁸ No original: “China pursues a nuclear strategy of self-defense, the goal of which is to maintain national strategic security by deterring other countries from using or threatening to use nuclear weapons against China” (CHINA, 2019, p. 9).

pode ser mais bem compreendido à luz da geopolítica. Para esse fim, apresentamos abaixo as concepções sobre a primeira e segunda cadeia de ilhas.

Figura 4: Primeira e Segunda Cadeia de Ilhas



Fonte: Hammes (2012).

Ao reafirmarmos o argumento de que o mar é o principal horizonte de expansão para a China, tem-se na primeira e segunda cadeia de ilhas o argumento geopolítico e estratégico fundamental. A China é banhada pelo Mar do Sul da China, Mar do Leste da China e o Mar Amarelo. Ao Norte, o Mar Amarelo é limitado pela costa da Coreia do Norte e do Sul. Ao Leste, o Mar do Leste da China é limitado de Kyushu até Okinawa (Japão) e Taiwan. O Mar do Sul da China, maior em extensão e tensão estratégica na contemporaneidade, é majoritariamente limitado pelas Filipinas, Malásia e Vietnã. Entre esses mares e o oceano Pacífico, uma cadeia de países sob a forma de ilhas e arquipélagos imprimem uma especificidade a essa geografia marinha: geopoliticamente, os mares da China são mares fechados. Essa peculiaridade apresenta uma vantagem na perspectiva da defesa da China continental, por outro lado, pode ser um óbice para a liberdade da Marinha do Exército de Libertação Popular da China se projetar para o Oceano Pacífico. Diante disso, a chamada Segunda Cadeia de ilhas dá pistas relevantes

de como a geografia marítima do Leste Asiático contribui para a postura estratégica chinesa e suas possibilidades de estratégia militar. A segunda cadeia vai de Honshu (maior ilha do Japão), se estica até as Marianas, tangencia Guam, a Federação dos Estados da Micronésia e Palau. Detalhe relevante é que os Estados Unidos possuem presença significativa em todos esses países e territórios, sendo o ator decisivo no controle do mar. Não obstante a relevância de ambas as cadeias de ilhas para o pensamento estratégico chinês, para a finalidade do presente texto enfocaremos na Primeira Cadeia.

Se por um lado a geografia marítima que banha as costas da China gera oportunidades para uma postura defensiva contra agressões ao seu território continental, também oferece a oportunidade de posicionamento e vantagens ofensivas a potenciais adversários (BIDDLE & OELRICH, 2016). Reconhecendo-se como uma potência do Pacífico (EDEL, 2017), desde o fim da Guerra Fria, Washington trabalha no sentido de assegurar a sua posição na região. Do “pivô para o Pacífico” de Obama em 2012 ao envio de dois navios-aeródromo e seus respectivos grupos de batalha para o Mar do Sul da China pelo presidente Biden (JOHNSON, 2021), o controle dos comuns – sendo o Mar um deles – é um dos pilares da hegemonia dos Estados Unidos (POSEN, 2003). Além da presença militar significativa em diversos países da região, os EUA possuem aliados e parceiros regionais que podem ser mobilizados para balancear a China em um esforço amplo de contenção geoestratégica.

Além da preocupação com riscos de segurança domésticos, como o separatismo, no âmbito externo, a China percebe a deterioração das condições de segurança em seu entorno estratégico (CHINA, 2019). No contexto de uma reafirmação da contenção à sua expansão, a segurança de estreitos e rotas marítimas fundamentais para a sua economia e segurança faz surgir áreas de interesse em ultramar. Além das já conhecidas ilhas e

recifes (naturais ou artificiais) no Mar do Sul da China, a China estabelece presença no Golfo de Aden e no Oceano Índico, a exemplo de sua base naval em Djibouti e na costa do Paquistão (Gwadar), respectivamente. A projeção de interesses de Pequim em ultramar traz o desafio do país repensar a ênfase tradicional na dissuasão direta de seu próprio território, para a dissuasão estendida, incorporando em seu escopo terceiros países ou áreas de interesse estratégico no exterior. No entanto, a centralidade da defesa da China continental parece fazer preponderar a opção pela dissuasão direta.

Diante dessa situação na qual o seu horizonte de expansão possível encontra-se em risco pelo controle dos estreitos e linhas de comunicação oceânica exercido pelos Estados Unidos, a China tem investido de forma robusta na modernização e ampliação de seus meios navais e aéreos. Exemplificando melhor, segundo o Livro Branco de Defesa,

“Em linha com as exigências estratégicas de defesa em mares próximos e proteção em mares distantes, o PLAN [Marinha do Exército de Libertação Popular] está acelerando a transição de suas tarefas de defesa em mares próximos para missões de proteção em mares distantes, e melhorando suas capacidades de dissuasão estratégica e contra-ataque, operações de manobra marítima, operações marítimas conjuntas, defesa abrangente e apoio integrado, de modo a construir uma força naval forte e modernizada.”¹⁹ (CHINA, 2019, p. 22 [grifo nosso])

Ao lado de mísseis antinavio altamente manobráveis e veículos

¹⁹Tradução nossa. No original: “In line with the strategic requirements of near seas defense and far seas protection, the PLAN is speeding up the transition of its tasks from defense on the near seas to protection missions on the far seas, and improving its capabilities for strategic deterrence and counterattack, maritime maneuver operations, maritime joint operations, comprehensive defense, and integrated support, so as to build a strong and modernized naval force” (CHINA, 2019, p. 22).

hipersônicos, entre os meios desenvolvidos destacam-se mísseis balísticos e de cruzeiro lançados por ar, terra e mar, capazes de atingir o território dos EUA e de seus aliados no teatro da Ásia-Pacífico (CSIS, 2020a). Antes pensados como domínios de apoio (SLOAN, 2012), espaço e ciberespaço são na China contemporânea duas áreas cruciais para a guerra informacional. A Força de Apoio Estratégico do ELP é responsável por atividades espaciais, guerra eletrônica e cibernética (IISS, 2018). Em especial, as operações de informação e de guerra cibernética habilitam o país a realizar ações não cinéticas contra alvos não militares e em tempos de paz. Como se percebe, espaço e ciberespaço complementam os domínios de operação em que as forças do Exército de Libertação Popular têm investido (IISS, 2020), no sentido de reforçar a sua credibilidade e capacidade de dissuasão convencional. Uma das formas para isso foi a criação de um sistema de antiacesso e negação de área (A2/AD)²⁰(CLIFF, 2011) voltado a reduzir a chance de sobrevivência de meios de projeção de força dos Estados Unidos, em particular, seus navios-aeródromos(CSIS, 2020a). Em adição a um repertório mais amplo de opções militares e não militares, a China pode lançar mão de um conceito amplo de dissuasão.

Apesar do rápido desenvolvimento de capacidades nos domínios marítimo, aéreo, espacial e cibernético, a estratégia defensiva e dissuasória chinesa ainda dedica expressiva relevância ao papel da Força de Foguetes do Exército de Libertação Popular. Como afirmado no documento de defesa de 2019,

“A PLARF [Força de Foguetes do Exército de Libertação Popular] desempenha um papel crítico na manutenção da soberania e segurança nacional da China. Ela abrange mísseis nucleares, mísseis convencionais e forças de apoio, e bases de mísseis subordinados. De acordo com os requisitos estratégicos de ter tanto capacidade nuclear quanto convencional e dissuadir guerras em

²⁰ Tema do próximo ensaio.

todos os espaços de batalha, o PLARF está aumentando suas capacidades críveis e confiáveis de dissuasão e contra-ataque nuclear, fortalecendo as forças de ataque de precisão de médio e longo alcance e aumentando a capacidade estratégica de contrapeso, de modo a construir uma força de foguete forte e modernizada.²¹” (CHINA, 2019, p. 22).

A China tem desenvolvido ações no sentido de ampliar a sua capacidade de defesa e de proporcionar dissuasão ao longo das últimas décadas. Em um cenário caracterizado pelo crescente antagonismo com os Estados Unidos, a contenção geoestratégica contra Pequim lança mão, majoritariamente, de meios militares convencionais. Entretanto, apesar de mantida a relevância da dissuasão estratégica e da tríade nuclear, que funcionam como seguros para a defesa da soberania e dos interesses da China, evidencia-se a busca pela ampliação das opções disponíveis, para fazer frente aos desafios proporcionados por seus antagonistas. Entre elas, destacamos os efeitos, no nível estratégico, que capacidades de A2/AD proporcionam para Pequim. Por exemplo, ao assegurar o controle do Mar do Sul da China, evidente prioridade estratégica de Pequim (IISS, 2018), objetiva-se comprometer a liberdade de ação dos Estados Unidos nessa região. Alicerçada em meios convencionais, a dissuasão convencional chinesa reduz o risco de conflito nuclear, ao passo que, busca a concretização de seus objetivos políticos e militares.

2.3. O Irã e a sua Estratégia de Dissuasão Convencional

²¹ Tradução nossa. No original: “The PLARF plays a critical role in maintaining China’s national sovereignty and security. It comprises nuclear missile, conventional missile and support forces, and subordinate missile bases. In line with the strategic requirements of having both nuclear and conventional capabilities and deterring wars in all battlespaces, the PLARF is enhancing its credible and reliable capabilities of nuclear deterrence and counterattack, strengthening intermediate and long-range precision strike forces, and enhancing strategic counter-balance capability, so as to build a strong and modernized rocket force.” (CHINA, 2019, p. 22).

Último caso sob estudo neste ensaio, o Irã possui uma diversidade de semelhanças e diferenças com Rússia e China. No campo das semelhanças, o país persa está em claro antagonismo com os Estados Unidos da América. Em sua fronteira Leste, a Guerra do Afeganistão iniciada em 2001 levou a uma expressiva presença de tropas dos EUA e OTAN em território contíguo ao Irã. Em sua fronteira Oeste, a Guerra do Iraque iniciada em 2003 provocou igual fenômeno, porém com maiores efeitos para o equilíbrio estratégico regional. Foram diversas operações que impactaram direta e indiretamente a mudança do ambiente geopolítico do Irã: *Operation Enduring Freedom* (2001), *Operation Iraqi Freedom* (2003), *Operation Inherent Resolve* (2014) e *Operation Resolute Support* (2015)²².

Semelhante ao que ocorre com Rússia e China, a presença dos Estados Unidos em suas regiões altera o sistema de alianças provocando reações no sentido de assegurar a liberdade de ação das potências sob esforço de contenção. Entre os resultados da Segunda Guerra do Golfo está a derrubada do partido Baath iraquiano, que apesar da ideologia nacionalista laica era composto pela minoria sunita do país. Ecoando a longa guerra entre Irã e Iraque nos anos 1980, o fim do regime inimigo à teocracia de Teerã criou um vazio de poder que os EUA e o Irã almejavam preencher com a reconstrução política do Iraque. Com poucos aliados em sua região, em sua maioria grupos armados não estatais como Hezbollah (Líbano) e os rebeldes Houthis (Iêmen), a debacle de Saddam Hussein foi prosseguida em 2011 pela ameaça de queda do regime de Bashar Al-Assad na Síria, então único aliado estatal do Irã na região (IISS, 2019). O envolvimento do Irã na Guerra Civil da Síria é tão relevante ao ponto que, pela primeira vez após a Guerra Irã-Iraque, o *Artesh* (Exército da República

²² “CENTCOM COALITION”, disponível em: <https://www.centcom.mil/AREA-OF-RESPONSIBILITY/CENTCOM-COALITION/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

esse propósito (IISS, 2019). Após o desastre humano da Segunda Grande Guerra, a Rússia soviética apostou enormemente no valor da dissuasão, em especial de matriz nuclear. A China, através do paradigma da Guerra Popular, priorizou a dissuasão mínima associada a um poder militar convencional maciço. Por sua vez, a trajetória iraniana culminou no desenvolvimento de um sistema defensivo em camadas, incrementado com respostas assimétricas (IISS, 2019).

Entretanto, a diferença mais marcante entre os casos comparados é o fato de que o Irã não tem à sua disposição a opção pela dissuasão estratégica ou nuclear. Após longa controvérsia acerca de seu programa nuclear, o Irã, que é membro do Tratado de Não Proliferação Nuclear, assinou em 2015 o *Joint Comprehensive Plan of Action* (JCPOA) (ARMS CONTROL CENTER, 2021). Esforço na área de não-proliferação nuclear, o Plano de Ação sofreu sérios revezes, destacando-se alegadas violações por parte do Irã e a saída do mesmo pela administração Trump. Entretanto, apesar das críticas e suspeições, não se estima que o Irã conseguiria em pouco tempo construir ogivas nucleares (YADLIN & ASCULAI, 2021).

No que diz respeito aos meios de entrega, segundo o projeto *Missile Threat* (CSIS, 2020b), o Irã possui o maior e mais diversificado arsenal de mísseis do Oriente Médio. De acordo com o mesmo instituto, esse repertório de mísseis balístico e de cruzeiro tem a capacidade de atingir não apenas países da região, como Israel, mas como também o Sudeste da Europa (CSIS, 2020b). Mas embora o país possua um arsenal de mísseis balísticos de alcance variado altamente desenvolvido, a ausência de ogivas nucleares restringe a modalidade de dissuasão do país. Entretanto, como ilustrado na Figura 6, a ausência de armas nucleares não impede que o país possua uma postura estratégica que abarca a dissuasão em seu repertório.

Figura 6: Alcance de Mísseis Balísticos Iranianos.



Fonte: IISS (2019).

Em um contexto marcado pela escassez de aliados regionais, com uma economia sob severas sanções e tendo potências regionais (Arábia Saudita e Israel) e extrarregionais (Estados Unidos) como inimigos, a doutrina dissuasória militar iraniana tem por objetivo evitar o conflito direto com potências dotadas de maior poder convencional (IISS, 2019). Diante desse cenário e à luz da perspectiva convencional de deterrence, a postura estratégica do Irã é percebida como agindo sob a lógica da elevação de custos e riscos de seus adversários, ao passo que reduz os seus próprios (IISS, 2019). A estrutura militar do Irã é um dos elementos a ilustrar a organização militar para uma doutrina dissuasória convencional, porém com ênfase na exploração de sua condição assimétrica através da guerra irregular. É possível afirmar que,

“A doutrina militar adotada pelo Irã em 1992 em seu "Regulamento Completo das Forças Armadas da República Islâmica do Irã" refletia a intenção de recorrer a uma combinação atípica de forças convencionais (com ênfase em programas de mísseis balísticos), a exploração da geografia e da

energia revolucionária islâmica. A doutrina de Teerã exigia a colaboração de uma arquitetura militar incomum, consistindo em um Exército da República Islâmica do Irã de estilo ocidental (*Artesh-e Jomhuri-ye Eslami-ye Iran*, ou '*Artesh*' para abreviar) e uma força militar revolucionária, ideologicamente mais confiável, embora inexperiente, chamada IRGC (*Sepah-e Pasdaran-e Enghelab-e Eslami*).²⁵ (IISS, 2019).

Distinto do que ocorre na Rússia e na China, a Guarda Revolucionária Iraniana, uma força paramilitar, é mais relevante do que o Exército da República Islâmica do Irã, o *Artesh*. Segundo estudo do *Institute for International Strategic Studies*, “Em termos de defesa, eles compartilham a responsabilidade de executar uma resposta de defesa "mosaico", que se basearia em operações não convencionais, ações de guerrilha e na exploração do terreno do Irã.”²⁶ (IISS, 2019). De forma a produzir tal efeito, o país tem a sua disposição meios tradicionais e assimétricos. De mísseis balísticos de alcance médio²⁷ a redes de insurgentes e terroristas usados como proxies, o Irã age para moldar o seu ambiente geopolítico, elevando

sobremaneira os custos de seus adversários contra si. Buscando melhorar suas capacidades relativas diante dos EUA e seus aliados, além do desenvolvimento de novos meios de entrega com ogivas convencionais, o Irã investiu na melhoria da precisão de letalidade de seus mísseis (CSIS, 2020b). Entretanto, Teerã tende a evitar os elevados custos que operações militares ofensivas (convencionais) tendem a acarretar, preferindo assim não se engajar em guerras convencionais.

Tenha-se em nota que o Irã possui expressivas dificuldades para adquirir produtos de defesa no exterior. Desde a Revolução Iraniana em 1979, os principais mercados exportadores de armamentos no Ocidente cessaram as atividades junto ao país persa. Como resposta, o país desenvolveu uma indústria de defesa autóctone e mesmo com as tentativas recentes de aproximação com Rússia e China (HAIDER, 2020), ainda aposta fortemente nas suas capacidades nacionais.

O conjunto de capacidades disponíveis ao Irã torna possível ao país adotar distintos métodos de dissuasão. A dissuasão por negação pode ser operacionalizada através de ações de negação de área, a exemplo da sua postura naval na região do estreito de Ormuz (GADY, 2015). De forma alternativa ou complementar, o seu comando de uma rede de proxies em diversos países do Oriente Médio possibilita ao Irã ações punitivas contra potenciais adversários. Recursos missilísticos são usados pelo Irã tanto para ações de negação de área como também em ações punitivas contra atores irregulares. Desde ataques terroristas contra alvos de valor até ações na retaguarda inimiga podem ser consideradas. De acordo com o *International Institute for Strategic Studies*, “Os adversários precisariam considerar a possibilidade de um ataque ao Irã produzir um contra-ataque pelas milícias substitutas multinacionais em um

²⁵No original: “The military doctrine Iran adopted in 1992 in its ‘Complete Regulations of the Islamic Republic of Iran Armed Forces’ reflected an intention to draw upon an atypical combination of conventional forces (with an emphasis on ballistic-missile programmes), the exploitation of geography and Islamic Revolutionary energy. Tehran’s doctrine required collaboration from an unusual military architecture consisting of a then politically suspect Western-style Islamic Republic of Iran Army (*Artesh-e Jomhuri-ye Eslami-ye Iran*, or ‘*Artesh*’ for short) and a more ideologically reliable, if inexperienced, revolutionary military force called the IRGC (*Sepah-e Pasdaran-e Enghelab-e Eslami*).” (IISS, 2019).

²⁶No original: “In terms of defence, they share a responsibility to execute a ‘mosaic’ defence response, which would draw on unconventional operations, guerrilla actions and the exploitation of Iran’s terrain” (IISS, 2019).

²⁷Sobre mísseis balísticos intercontinentais, o *Missile Threat* afirma que “Iran has not yet tested or deployed a missile capable of striking the United States, but continues to hone longer-range missile technologies under the auspices of its space-launch program.” (CSIS, 2020b).

local e horário que o Irã escolhesse.”²⁸ (IISS, 2019).

Não obstante a centralidade no emprego de meios irregulares como proxies, o Irã também faz uso de seus meios missilísticos como instrumento punitivo e retaliatório. Conforme relato do IISS,

“Em 18 de junho de 2017, o IRGC disparou seis mísseis superfície - superfície de médio alcance contra as forças ISIS na Síria em resposta a um ataque do ISIS em Teerã no início do mês. Em 30 de setembro de 2018 e em resposta a um ataque terrorista de militantes sunitas contra pessoal do IRGC naquele mês, o Irã disparou novamente seis mísseis balísticos de médio alcance através do espaço aéreo iraquiano contra os redutos ISIS na Síria.”²⁹ (IISS, 2019).

Embora os relatos acima destaquem o emprego de meios missilísticos contra atores irregulares, em ambas as ocasiões o Irã aproveitou o seu uso para demonstrar as suas capacidades para antagonistas regionais, como Israel e os estados do Golfo (IISS, 2019).

Deste caso sob escrutínio, conclui-se que o Irã adota um entendimento amplo do conceito de dissuasão. A partir de uma doutrina militar que centra foco em atores e ações de caráter irregular, observa-se que a condição de assimetria imposta pelo seu ambiente geoestratégico o impele a se adaptar no campo de atuação. Apesar da ameaça existencial ao regime, percebida com o adensamento da presença dos EUA no Oriente Médio a partir de 2001, o resultado

²⁸No original: “Adversaries would need to consider the possibility that a strike on Iran could produce a counter-attack by multinational surrogate militias at a location and time of Iran’s choosing.” (IISS, 2019).

²⁹No original: “On 18 June 2017, the IRGC fired six medium-range surface-to-surface missiles at ISIS forces in Syria in response to an ISIS attack in Tehran earlier in the month. On 30 September 2018 and in response to a terrorist attack by Sunni militants against IRGC personnel that month, Iran again fired six medium-range ballistic missiles across Iraqi airspace against ISIS strongholds in Syria.” (IISS, 2019).

geopolítico dessa experiência foi que o Irã se permitiu explorar opções para moldar o seu ambiente regional. Ao passo que desenvolveu sistemas de armas aptos a conduzir ações de negação de área e antiacesso, com ênfase em mísseis balísticos, lançou mão de uma estratégia de guerra irregular, fortemente calcada em proxies. Combinando elementos de guerra regular e irregular, o Irã buscou aumentar a sua liberdade de ação e manobra exterior (BEAUFRE, 1998) em seu entorno estratégico. Entre os recursos não militares da dissuasão, observa-se a busca pelo fortalecimento de grupos xiitas fora de seu território, a conquista de parcelas da opinião pública críticas aos inimigos do regime, tal como a articulação com atores extrarregionais (*external balancing*), em especial Rússia e China. Vendo-se cercado em seu entorno regional por potências regionais rivais e pelos Estados Unidos, a postura de dissuasão direta também assume o caráter de dissuasão geral. Por fim, cabe ressaltar que o caso de estudo iraniano apresenta uma rica experiência de dissuasão assimétrica.

3. Considerações sobre os casos comparados

De forma a melhor apresentar a síntese conclusiva dos casos comparados, o Quadro 2 expõe as características das posturas dissuasórias de Rússia, China e Irã.

Quadro 2: Tipologia Aplicada aos Casos

Características	Rússia	China	Irã
Modalidade	Nuclear & Convencional	Convencional & Nuclear	Convencional
Método	Punição	Negação	Punição
Delimitação Temporal	Geral	Geral	Geral
Delimitação Espacial	Direta	Direta	Direta
Abrangência Conceitual	Ampla	Ampla	Ampla

Fonte: o autor.

Mais uma vez alertando para os riscos da simplificação, destacamos, conforme demonstrado no texto, que os países supracitados empregam combinações variadas dos elementos acima. Entretanto, o Quadro 2 salienta as características que mais se evidenciam em suas posturas estratégicas do tipo dissuasório.

Embora Rússia e China tenham desenvolvido recursos para dissuasão convencional nas últimas décadas, ambos ainda possuem nas armas nucleares o pilar dissuasório. Esse dado é mais saliente no caso russo. Possuindo uma doutrina nuclear que abarca possibilidade de Primeiro Ataque, tem em sua tríade nuclear o ferramental para perseguir a dissuasão pela punição. Apesar de nuclearmente armada, a China é adepta da concepção de Segundo Ataque, inferindo-se assim um peso maior no método da negação como vetor primário da dissuasão. Observe-se, porém, que para ambos a dissuasão convencional e a nuclear são complementares. Oficialmente um país não detentor de armas nucleares, o Irã aposta na dissuasão convencional. Contudo, embora invista em capacidades de negação, a sua capacidade de punição se destaca como vetor principal de sua postura estratégica.

Os três países comparados, cientes de adversários regionais e globais, adotam uma concepção de dissuasão geral, política que se prolonga no tempo e com fins a comunicar seu intento estratégico aos seus competidores. Embora os três países tenham interesses fora de seus territórios nacionais, destaca-se a prevalência da dissuasão imediata. A ênfase central de sua postura estratégica tende a se centrar em desestimular agressões ao seu território. Para esse fim, Rússia, China e Irã adotam entendimentos amplos acerca do conceito de dissuasão. Transbordamento e muito da seara militar, os três países articulam os aspectos castrenses da dissuasão com outros instrumentos do poder nacional.

4. Implicações para o Exército Brasileiro

A guisa de implicações do presente estudo para o Exército Brasileiro se organiza a partir da tipologia sobre as formas de dissuasão propostas. Uma primeira implicação diz respeito ao escopo do **conceito de dissuasão** dos países estudados. Observamos que embora todos possuam meios materiais aptos a conferir capacidade e credibilidade à sua postura dissuasória, esses países partem de um conceito amplo de dissuasão. Ao fazê-lo, congregam meios militares e não militares em apoio ao esforço de desencorajar agressões contra os seus territórios ou interesses.

Devido aos constrangimentos constitucionais e à participação em regimes como o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, a dissuasão nuclear não é uma opção para o Brasil. Assim sendo, uma estratégia dissuasória convencional ganha força quando origina de uma estratégia nacional que congregue outras expressões do poder nacional para a realização de objetivos políticos. A existência da estratégia como ponte entre fins, formas e meios foi percebida nos casos de Rússia, China e Irã. Para um país que tem como opção a dissuasão convencional, pensá-la como conceito restrito à expressão militar é uma forma de mitigar a chance de êxito da própria dissuasão.

Uma segunda implicação decorre da comparação sobre o papel de distintas modalidades de dissuasão de Rússia, China e Irã. Enquanto para os primeiros existe a alternativa de combinar dissuasão nuclear com a convencional, ao último coube adotar a dissuasão convencional, calcada em meios de guerra regular e irregular. A implicação direta para a experiência brasileira de dissuasão convencional consiste em como responder a questão de como elevar os custos de agressão a potenciais inimigos, de forma a que estes sejam desencorajados a agir. É notável que mesmo as potências nucleares estudadas apostam em capacidades militares convencionais como reforço à sua postura dissuasória. A ampla predileção pelo desenvolvimento de sistemas de mísseis

(balísticos e de cruzeiro) é uma implicação que chama atenção ao Exército Brasileiro, em virtude da relevância de possuir capacidade missilística para fins defensivos e ofensivos. Por outro lado, o emprego de meios irregulares – proxies – é algo mais distante da realidade estratégica brasileira, podendo, contudo, refletir-se sobre o emprego de suas forças especiais e comandos como elementos de ação indireta contra objetivos inimigos. Enquanto capacidade, mesmo ao não substituir a existência de proxies como possui o Irã, compõe um recurso notável em contexto de assimetria.

Outra implicação possui relação com a abordagem ou método de dissuasão adotado. Em particular, na vertente convencional, observa-se a preferência pelo método da negação como pilar essencial dessa lógica estratégica. Contudo, alguma capacidade de punição (convencional – regular ou não) é percebida como parte de um repertório mais amplo de medidas coercitivas em apoio à dissuasão geral. Para o Brasil, essa perspectiva é de interesse ao se permitir coligar tanto a noção de defesa ativa, adaptada à cultura estratégica nacional, como também valer-se de meios de força para incrementar custos a potenciais inimigos em conjunturas de crise e escalada para conflitos violentos fora do território nacional.

Outra implicação relevante diz respeito à temporalidade da política de dissuasão. Notadamente, Rússia, China e Irã possuem maior clareza sobre quem são seus rivais regionais e extrarregionais. É patente a centralidade dos Estados Unidos em uma lógica geoestratégica de contenção. Assim sendo, prepondera a dissuasão imediata em detrimento da dissuasão geral. A mensagem dissuasória é reforçada com credibilidade e capacidades ao longo do tempo e não apenas durante crises. No cenário geopolítico brasileiro, a condicionante de ameaças existenciais anunciadas não se faz presente, dificultando a proposição de uma mensagem dissuasória robusta e crível. A implicação mais severa aqui consiste em que, ao não reconhecer factualmente seus principais

adversários, torna-se difícil produzir uma dissuasão sob medida (*tailored deterrence*). Isto não implica que o Brasil, por exemplo, deva abandonar sistemáticas como o Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) e adotar o Planejamento Baseado em Ameaças. Consiste, porém, que mesmo a depuração das capacidades necessárias se dá em função de cenários prospectivos em que desafios, mormente estatais, são base essencial para pensar o desenvolvimento da força.

A última implicação aqui proposta diz respeito ao escopo geográfico da dissuasão. Tanto Rússia, como China e Irã têm como preocupações centrais a dissuasão contra agressão em seus próprios territórios. Entretanto, apesar de priorizar a dissuasão direta, os países estão situados em contextos de contenção estratégica e buscam moldar os seus ambientes estratégicos e operacionais, ampliando a sua presença e influência para além de suas fronteiras. A Rússia se projeta para Bielorrússia e Ucrânia, a China se lança ao Mar do Sul da China, Djibouti e Paquistão, o Irã possui presença no Iraque, Síria e Iêmen. Desta forma, a dissuasão estendida poderá ser uma característica saliente no futuro.

Voltando-nos ao contexto brasileiro, a ênfase central da política e estratégia nacional de defesa é com o território nacional. Como implicação, o escopo territorial da dissuasão convencional brasileira é do tipo direta.

5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a postura estratégica dissuasória de distintos países. Para tal efeito, o trabalho combinou a elaboração de uma tipologia acerca do fenômeno sob análise com o emprego do método comparativo. Analisaram-se as experiências de Rússia, China e Irã. Cada país, destacadas as suas especificidades nacionais e de seus respectivos cenários regionais, lançam mão de capacidades militares defensivas e ofensivas em apoio as suas respectivas posturas estratégicas dissuasórias.

Entretanto, frisamos que, nos casos analisados, a dissuasão não consiste apenas em um efeito previsto de sua estrutura de defesa, mas antes uma estratégia que possui aderência com objetivos políticos maiores. Em decorrência, a postura estratégica exhibe coerência em termos de fins, formas e meios (*ends, ways and means*). Essa inferência foi realizada através do estudo de documentos de doutrina, livros brancos e relatórios especializados acerca dos países investigados. Em relação ao pilar credibilidade, a mensagem dissuasória é reforçada pela coerência política e por capacidades que se somam para tornar a dissuasão crível.

Quanto ao pilar de capacidades, não obstante o objetivo aqui não tenha sido descer ao nível da estratégia operacional e tática, observou-se que doutrinas militares e os meios priorizados são congruentes com a postura dissuasória empregada pelos casos comparados. Embora dois dos casos estudados (Rússia e China) sejam potências nucleares, os três países desenvolvem e apostam expressivamente em capacidades militares convencionais (grandes sistemas de armas), notadamente mísseis. Outro aspecto de destaque nesse sentido é a relevância destacada que meios de guerra irregular têm recebido, não apenas como opção em ações ofensivas e defensivas, como em apoio à própria dissuasão. De operações híbridas, guerra cibernética e eletrônica à mobilização de rede de proxies, a guerra irregular não se mostra em descompasso com a postura dissuasória em um contexto marcado pela assimetria de poder. Apesar da relevância das armas nucleares como último seguro da soberania e sobrevivência de alguns poucos estados, a dissuasão convencional, em

especial sob a abordagem de negação, se mostra como opção robusta como estratégia.

Para um país como o Brasil, guardadas as diferenças dos distintos entornos estratégicos avaliados, o estudo da dissuasão convencional é essencial para o desenvolvimento de uma postura estratégica que permita desencorajar agressões contra o território ou interesses nacionais. Por essa razão, considerar a dissuasão apenas como efeito da defesa possui, em síntese, cinco implicações imediatas: 1) impede com que conceba uma dissuasão sob medida (*tailored deterrence*) cuja mensagem possa ser percebida e entendida pelo receptor; 2) não conecta a dissuasão a uma estratégia nacional que abarque meios militares e não militares (conceito amplo de dissuasão); 3) não proporciona resposta e orientação doutrinária para uma abordagem clara de como operacionalizar a dissuasão (por negação ou punição); 4) não aponta a temporalidade da dissuasão e da política que orienta a estratégia e o seu esforço (dissuasão geral ou imediata) e por fim, 5) impede com que se delimite com clareza o escopo geográfico sobre o alcance da dissuasão (dissuasão direta ou estendida).

Entendemos que priorizar a dissuasão não impede que o poder militar desenvolva capacidades no campo ofensivo e defensivo. Entretanto, diante do exposto, concluímos que desconsiderar a dissuasão como estratégia, tratando-a como mero efeito direto de capacidades defensivas é um equívoco que pode produzir custos elevados, políticos e militares a países como o Brasil.

Referências

ARMS CONTROL CENTER. "Fact Sheet: China's Nuclear Arsenal". Center for Arms Control and Non-Proliferation. April 2, 2020. Disponível em: <https://armscontrolcenter.org/fact-sheet-chinas-nuclear-arsenal/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

ARMS CONTROL. "Fact Sheet: Monitoring Iran's Nuclear Activities: NPT and JCPOA Requirements". Center for Arms Control and Non-Proliferation. February 2021. Disponível em: https://www.armscontrol.org/sites/default/files/files/Reports/ACA_JCPOA-Monitoring_FactSheet2021.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

BEAUFRE, André. Introdução à Estratégia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, BIBLIEX, 1998.

BIDDLE, Stephen; OELRICH, Ivan. "Future Warfare in the Western Pacific: Chinese Antiaccess/Area Denial, U.S. Air Sea Battle, and Command of the Commons in East Asia". International Security, Volume 41, No 1, p.7-48. Agosto, 2016.

BRASIL, Ministério da Defesa. MD35-G-01 - Glossário das Forças Armadas. 5 a Edição. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

CHINA. China's National Defense in the New Era. The State Council Information Office of the People's Republic of China, First Edition, July 2019.

CLIFF, Roger. Anti-Access Measures in Chinese Defense Strategy. RAND Corporation. Testimony presented before the U.S. China Economic and Security Review Commission on January 27, 2011.

CSIS, Center for Strategic and International Studies. "Missiles of Russia," Missile Defense Project - Missile Threat, February 11, 2021. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/country/russia/>. Acesso em 18 fev. 2021.

CSIS, Center for Strategic and International Studies. "Missiles of China," Missile Defense Project - Missile Threat, July 16, 2020a. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/country/china/>. Acesso em 18 fev. 2021.

CSIS, Center for Strategic and International Studies. "Missiles of Iran", Missile Defense Project - Missile Threat. July 16, 2020b. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/country/iran/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

EDEL, Charles. "ASIA'S GAME OF THRONES The Pacific Power". The American Interest, April 17, 2017. Disponível em: <https://www.the-american-interest.com/2017/04/07/the-pacific-power/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FREEDMAN, Lawrence. "As duas primeiras gerações de estrategistas nucleares". In: Construtores da Estratégia Moderna – Tomo 2, Peter Paret (Org.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

FREEDMAN, Lawrence; RAGHAVAN, Srinath. "Coercion". In: Paul D. Williams (Ed.), *Security Studies: an introduction*. 2a ed. 2013. pp. 206-220.

GADY, Franz-Stefan. "In A2/AD Showcase, Iranian Navy Sinks Nimitz Carrier Mock-Up". *The Diplomat*, February 28, 2015. Disponível em: <https://thediplomat.com/2015/02/in-a2ad-showcase-iranian-navy-sinks-nimitz-carrier-mock-up/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

HAIDER, Syed Fazl-e. "The Strategic Implications of Chinese-Iranian-Russian Naval Drills in the Indian Ocean". *The Jamestown Foundation - Global Research and Analysis*, January 17, 2020. Disponível em: <https://jamestown.org/program/the-strategic-implications-of-chinese-iranian-russian-naval-drills-in-the-indian-ocean/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

HAMMES, T. X. "Offshore Control: A Proposed Strategy for an Unlikely Conflict". *INSS Strategic Forum*, National Defense University, June 2012. Disponível em: <https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-278.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

IISS, International Institute for Strategic Studies. "Chapter One: Tehran's strategic intent", In: *Iran's Networks of Influence in the Middle East*. November 2019. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/strategic-dossiers/iran-dossier/iran-19-03-ch-1-tehrans-strategic-intent>. Acesso em: 18 fev. 2021.

IISS. International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2020: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2020.

IISS. International Institute for Strategic Studies. *The Military Balance 2018: The annual assessment of global military capabilities and defence economics*. London, 2018.

JOHNSON, Jesse. "U.S. sends two carriers to disputed South China Sea". *The Japan Times*, February 9, 2021. Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2021/02/09/asia-pacific/south-china-sea-us-carriers/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

KELLY, Patrick. "The US and Vietnam: Old Enemies, New Friends?". *Japan Forward*, April 17, 2018. Disponível em: <https://japan-forward.com/the-us-and-vietnam-old-enemies-new-friends/>. Acesso em 18 fev. 2021.

KREPINEVICH, Andrew F.; WATTS, Barry D.; WORK, Robert O. *Meeting the Anti-Access and Area Denial Challenge*. Washington, DC: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2003.

LANDMAN, Todd. *Issues and Methods in Comparative Politics: an introduction*. 3º ed. New York: Routledge, 2008.

MACKINDER, Halford. "The geographical pivot of history". *The Geographical Journal*, Vol. 170, No. 4, December 2004 [1904], pp. 298–321. Disponível em: https://www.iwp.edu/docLib/20131016_MackinderTheGeographicalJournal.pdf. Acesso em 18 fev. 2021.

MAHNKEN, Thomas G.; MAIOLO, Joseph A (Orgs.). *Strategic Studies: a reader*. 2o ed. Abingdon/New York: Routledge, 2014.

MAZARR, Michael J., *Understanding Deterrence*. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2018. <https://www.rand.org/pubs/perspectives/PE295.html>.

MEARSHEIMER, John J. *Conventional Deterrence*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

NATO, North Atlantic Treaty Organization. *Enlargement*. 05 May. 2020. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49212.htm#:~:text=Currently%2C%20three%20partner%20countries%20have,Alliance%20on%2027%20March%202020.&text=NATO's%20%E2%80%9Copen%20door%20policy%E2%80%9D%20is,10%20of%20its%20founding%20treaty. Acesso em 18 fev. 2021.

POSEN, Barry R. *The Sources of Military Doctrine: France, Britain, and Germany between the world wars*. Cornell Studies in Security Affairs. Ithaca and London: Cornell University Press, 1984.

POSEN, Barry. “Command of the Commons: The Military Foundation of U.S. Hegemony”. *International Security*, Vol. 28, No. 1 (Summer 2003), pp. 5–46. Disponível em: https://www.belfercenter.org/sites/default/files/files/publication/posen_summer_2003.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

ROMANA, Heitor Barras. “Da Cultura Estratégica: Uma Abordagem Sistémica e Interdisciplinar”. *R. Esc. Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 13-32, jan/abr. 2016.

RUSSIAN FEDERATION. *Russian National Security Strategy*. APPROVED by Russian Federation Presidential Edict 683 Dated 31 December 2015. Disponível em: <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/OtrasPublicaciones/Internacional/2016/Russian-National-Security-Strategy-31Dec2015.pdf>>, Acesso em 18 fev. 2021.

RUSSIAN FEDERATION. *The Military Doctrine of the Russian Federation*. APPROVED by the President of the Russian Federation on December 25, 2014. Disponível em: <https://rusemb.org.uk/press/2029>>, Acesso em 18 fev. 2021.

SCHELLING, Thomas C., *Arms and Influence*. New Haven: Yale University Press, 1966.

SEMPA, Francis P. “The Geopolitical Vision of Alfred Thayer Mahan”. *The Diplomat*. December 30, 2014. Disponível em: <https://thediplomat.com/2014/12/the-geopolitical-vision-of-alfred-thayer-mahan/>. Acesso em 18 fev. 2021.

SIMON, Luiz. *Demystifying the A2/AD Buzz*. *War on the Rocks*, January 4, 2017. Disponível em: <https://warontherocks.com/2017/01/demystifying-the-a2ad-buzz/>. Acesso em 18 fev. 2021.

SINGH, Prashant Kumar. *Changing Contexts of Chinese Military Strategy and Doctrine*. IDSA Monograph Series, No. 49, March, 2016.

SLOAN, Elinor C. *Military transformation and modern warfare: a reference handbook*. Green Wood Publishing Group, 2008.

STRACHAN, Hew. *Sobre a Guerra de Clausewitz: Uma Biografia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SUSHENTOV, Andrey. "The Russian Response to the RMA: military strategy towards security threats". In: Jeffrey Collins and Andrew Futter (Org.), *Reassessing the Revolution in Military Affairs: transformation, evolution and lessons learnt*. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan, 2015. Pp. 112- 131.

TANGREDI, Sam. *Anti-access warfare: countering A2/AD strategies*. Maryland: Naval Institute Press, 2013.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. *O Desafio da Dissuasão Convencional no Ambiente Multidomínio: Antiacesso e Negação de Área como Resposta*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: *Análise Estratégica*, [S.l.], Vol 18 (4) Set/ Nov 2020 [no prelo].

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. *Geopolítica e Postura Estratégica da Rússia na Crise da Venezuela*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: *Análise Estratégica*, [S.l.], v. 14, n. 4, p. 21-42, nov. 2019. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/3195>>. Acesso em 18 fev. 2021.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.. *Grande Estratégia e Modernização Militar da China Contemporânea*. Centro de Estudos Estratégicos do Exército: *Análise Estratégica*, [S.l.], Vol 12 (2), p. 9-24, Mar/ Maio 2019. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/download/2247/1812/>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; SILVA, P. F.. *China in the contemporary world order: grand strategy, military modernization, and balance of power*. *Sociedade e Cultura*, v. 23, p. e59618, 2020.

WILLIAMS, Ian. "The Russia – NATO A2AD Environment". *Missile Threat - CSIS Missile Defense Project*. January 3, 2017. Disponível em: <https://missilethreat.csis.org/russia-nato-a2ad-environment/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

YADLIN, Amos; ASCULAI, Ephraim. "How Close is Iran to a Nuclear Bomb?". *INSS Insight No. 1421*, January 13, 2021. Disponível em: <https://www.inss.org.il/publication/iran-nuclear-bomb/#:~:text=Iran%20has%20at%20least%201%2C000,six%20months%20of%20its%20decision>. Acesso em: 18 fev. 2021.

YANG, Zi. "Vostok 2018: Russia and China's Diverging Common Interests", *The Diplomat*, September 17, 2018. Disponível em: "<https://thediplomat.com/2018/09/vostok-2018-russia-and-chinas-diverging-common-interests/>". Acesso em: 18 fev. 2021.